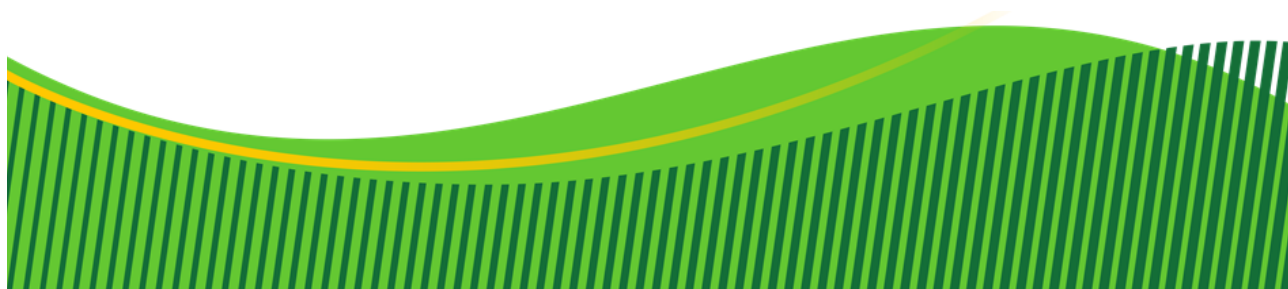


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio
Grande do Sul - Sicredi Estação RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio
Grande do Sul - Sicredi Estação RS
Estação - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	252.830	232.708	CIRCULANTE	130.926	123.642
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.326	1.298	DEPÓSITOS (NOTA 11)	31.467	28.512
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	100.945	87.405	Depósitos à Vista	23.345	21.550
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	1	Depósitos a Prazo	8.122	6.962
Correspondentes no país	13	3	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	81.930	77.912
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	100.928	87.401	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	142.963	138.291	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	81.929	77.912
Operações de Crédito	150.164	146.057	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	604	288
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.201)	(7.766)	Recursos em Trânsito de Terceiros	604	288
OUTROS CRÉDITOS	7.114	5.555	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	3.756
Créditos por Avals e Fianças Honrados	215	499	Empréstimos País - Outras Instituições	-	3.756
Rendas a Receber	738	948	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.925	13.174
Créditos Específicos	323	294	Cobrança e Arrecadação de Tributos	74	25
Diversos (NOTA 07)	6.404	4.643	Sociais e Estatutárias	1.940	1.437
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(566)	(829)	Fiscais e Previdenciárias	565	556
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	482	159	Diversas (NOTA 14)	14.346	11.156
Outros Valores e Bens	523	146			
(Provisão para desvalorização)	(58)	(6)			
Despesas Antecipadas	17	19			
NÃO CIRCULANTE	77.915	67.988	NÃO CIRCULANTE	100.170	92.619
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	77.915	67.988	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	100.170	92.619
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.486	1.417	DEPÓSITOS (NOTA 11)	99.995	92.174
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.486	1.417	Depósitos a Prazo	99.995	92.174
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	55.791	45.645	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	175	445
Operações de Crédito	63.511	52.408	Repasse Interfinanceiros	175	445
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.720)	(6.763)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.073	12.073	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.649	84.435
Outros Investimentos	12.073	12.073	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	46.108	39.662
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	7.000	7.305	De Domiciliados no País	46.112	39.674
Imóveis de Uso	4.731	3.626	(Capital a Realizar)	(4)	(12)
Outras Imobilizações de Uso	5.426	6.179	RESERVAS DE SOBRAS	45.702	37.139
(Depreciação acumulada)	(3.157)	(2.500)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	1.565	1.548	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.839	7.634
Outros Ativos Intangíveis	3.120	2.717			
(Amortização acumulada)	(1.555)	(1.169)			
TOTAL DO ATIVO	330.745	300.696	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.745	300.696

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.070	-	20.070	41.866	-	41.866	43.396	-	43.396
Operações de Crédito	20.012	-	20.012	41.731	-	41.731	43.140	-	43.140
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	58	-	58	135	-	135	213	-	213
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	43	-	43
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.211)	(236)	(9.447)	(19.393)	(438)	(19.831)	(22.435)	(364)	(22.799)
Operações de Captação no Mercado	(4.263)	(9)	(4.272)	(10.394)	(17)	(10.411)	(12.267)	(12)	(12.279)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.315)	(227)	(2.542)	(5.012)	(421)	(5.433)	(5.076)	(352)	(5.428)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.633)	-	(2.633)	(3.987)	-	(3.987)	(5.092)	-	(5.092)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.859	(236)	10.623	22.473	(438)	22.035	20.961	(364)	20.597
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.653)	1.434	(3.219)	(5.870)	2.753	(3.117)	(4.711)	2.979	(1.732)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.457	2.594	4.051	3.006	4.854	7.860	2.817	4.505	7.322
Rendas de Tarifas Bancárias	1.181	-	1.181	2.345	-	2.345	2.172	-	2.172
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.439)	(625)	(7.064)	(12.427)	(1.057)	(13.484)	(12.053)	(868)	(12.921)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(3.586)	(371)	(3.957)	(6.810)	(675)	(7.485)	(6.267)	(574)	(6.841)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(19)	(105)	(124)	(39)	(196)	(235)	(27)	(182)	(209)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.211	142	6.353	14.012	158	14.170	15.997	324	16.321
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.458)	(201)	(3.659)	(5.957)	(331)	(6.288)	(7.350)	(226)	(7.576)
RESULTADO OPERACIONAL	6.206	1.198	7.404	16.603	2.315	18.918	16.250	2.615	18.865
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(99)	(1)	(100)	(109)	(2)	(111)	(174)	(2)	(176)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.107	1.197	7.304	16.494	2.313	18.807	16.076	2.613	18.689
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	371	371	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	218	218	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	153	153	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.107	1.568	7.675	16.494	2.313	18.807	16.076	2.613	18.689
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.313	(2.313)	-	2.613	(2.613)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.107	1.568	7.675	18.807	-	18.807	18.689	-	18.689
DESTINAÇÕES	-	-	-	(10.968)	-	(10.968)	(11.055)	-	(11.055)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.621)	-	(2.621)	(2.555)	-	(2.555)
Fates - Estatutário	-	-	-	(784)	-	(784)	(764)	-	(764)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.054)	-	(7.054)	(6.871)	-	(6.871)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(509)	-	(509)	(865)	-	(865)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.839	-	7.839	7.634	-	7.634

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	33.443	29.403	5.799	68.645
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.581	-	(5.055)	(1.474)
Outras destinações	-	-	(744)	(744)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.972	-	-	1.972
Baixas de capital	(1.845)	-	-	(1.845)
Resultado do período	-	-	18.689	18.689
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(764)	(764)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.871	(6.871)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.511	-	(2.555)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	865	(865)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	39.662	37.139	7.634	84.435
Mutações do Período	6.219	7.736	1.835	15.790
Saldos no início do período em 01/01/2017	39.662	37.139	7.634	84.435
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.085	-	(5.826)	(1.741)
Destinações para reservas	-	1.000	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	(808)	(808)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.703	-	-	1.703
Baixas de capital	(1.915)	-	-	(1.915)
Resultado do período	-	-	18.807	18.807
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(784)	(784)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.054	(7.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.573	-	(2.621)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	509	(509)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	46.108	45.702	7.839	99.649
Mutações do Período	6.446	8.563	205	15.214
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	43.409	38.139	11.132	92.680
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.034	-	-	1.034
Baixas de capital	(908)	-	-	(908)
Resultado do período	-	-	7.675	7.675
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(784)	(784)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.054	(7.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.573	-	(2.621)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	509	(509)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	46.108	45.702	7.839	99.649
Mutações do Período	2.699	7.563	(3.293)	6.969

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi

Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.029	19.758	20.814
Resultado do semestre/exercício	7.675	18.807	18.689
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.354	951	2.125
Provisão para operações de crédito	1.259	392	1.531
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	52	52	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	197	(263)	391
Depreciação do imobilizado de uso	400	790	616
Amortização do intangível	192	386	240
Baixas do ativo permanente	13	25	47
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	144	177	(45)
Destinações ao FATES	(784)	(784)	(764)
Dividendos SicrediPar	(119)	176	109
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(22.864)	(2.481)	839
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(58)	(68)	(169)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.495	(4)	-
Redução em créditos vinculados	-	-	388
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(11)	(10)	22
(Aumento) em operações de crédito	(44.256)	(15.210)	(2.395)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	31.105	3.749	(2.273)
(Aumento) em outros créditos	(940)	(1.472)	(851)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(113)	(374)	724
Aumento (Redução) em depósitos	(12.538)	10.776	4.158
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	479	316	(74)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(3.976)	(3.756)	(462)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(722)	(1.344)	(983)
Aumento em outras obrigações	6.671	4.916	2.754
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(13.835)	17.277	21.653
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.691)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(405)	(510)	(2.278)
Aplicações no Intangível	(238)	(403)	(421)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(643)	(913)	(4.390)
Integralização de capital	1.034	1.703	1.972
Baixa de capital	(908)	(1.915)	(1.845)
Juros ao capital próprio	(48)	(48)	(44)
Distribuição de Sobras	-	(2.549)	(2.218)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	78	(2.809)	(2.135)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(14.400)	13.555	15.128
Caixa e equivalente de caixa no início do período	116.654	88.699	73.571
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	102.254	102.254	88.699

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.409)	610	(22.799)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.702)	610	(5.092)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.122)	(610)	(1.732)
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(6.914)	73	(6.841)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(6.893)	(683)	(7.576)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	1.326	1.298
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	100.928	87.401
Total	102.254	88.699

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.486	1.417
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.486	1.417
Total realizável a longo prazo	1.486	1.417

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	54.940	54.152	109.092	101.026
Financiamentos	12.254	7.281	19.535	15.307
Financiamentos rurais e agroindustriais	82.970	2.078	85.048	82.132
Carteira total	150.164	63.511	213.675	198.465

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	215	-	215	499
Títulos e créditos a receber (i)	4.148	-	4.148	3.022
Total	4.363	-	4.363	3.521

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	82.335	82.844	412	414
Nível B	1,00	82.974	66.191	830	662
Nível C	3,00	19.129	14.824	574	445
Nível D	10,00	13.502	18.808	1.350	1.881
Nível E	30,00	7.518	8.511	2.255	2.553
Nível F	50,00	3.838	2.776	1.919	1.388
Nível G	70,00	3.096	1.037	2.167	726
Nível H	100,00	5.646	6.995	5.646	6.995
Total (i)		218.038	201.986	15.153	15.064

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 334 (2016 - R\$ 294).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.610	10.921	25.348	33.835	71.714	67.672
Rural	75	14.913	67.982	2.078	85.048	82.132
Industrial	-	3.823	5.224	10.294	19.341	14.511
Comércio	256	3.915	12.552	11.927	28.650	23.562
Outros Serviços	103	4.067	3.738	5.377	13.285	14.109
Total	2.044	37.639	114.844	63.511	218.038	201.986

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	42.799	19,63	37.960	18,79
50 devedores seguintes	46.444	21,30	42.112	20,85
100 devedores seguintes	35.316	16,20	32.280	15,98
Demais	93.479	42,87	89.634	44,38
Total	218.038	100	201.986	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	15.358	13.436
Constituição de provisão	3.987	5.092
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.858)	(3.170)
Saldo final	15.487	15.358

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.341 (2016 - R\$ 1.136), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.014 (2016 - R\$ 3.151).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	47	58
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	876	713
Devedores por depósitos em garantia	10	12
Impostos e contribuições a compensar	245	257
Títulos e créditos a receber	4.148	3.022
Valores honrados	-	46
Cotas de consórcio	992	412
Devedores por convênios	8	-
Operações com cartões	12	12
Pendências a regularizar	19	7
Outros	47	104
Total Circulante	6.404	4.643

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	523	146
Imóveis	140	140
Veículos e afins	377	-
Bens em regime especial	6	6
Despesas antecipadas	17	19
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(58)	(6)
Total Circulante	482	159

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 58 (2016 - R\$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.572	5.572
Sicredi Participações S.A.	6.500	6.500
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.073	12.073

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.108.803 ON	2.108.803 ON	1	1	5.572.142	5.572.142
	4.391.028 PN	4.391.028 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,75%	0,61%	0,63%	1,59%	1,59%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	6.500	6.500	1	1	5.572	5.572

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.157	(3.157)	7.000	7.305
Imobilizações em curso	-	83	-	83	1.514
Terrenos	-	16	-	16	16
Edificações	4%	4.714	(419)	4.295	3.384
Instalações	10%	1.457	(674)	783	541
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.771	(747)	1.024	1.065
Sistema de comunicação	10%	51	(20)	31	36
Sistema de processamento de dados	20%	1.527	(950)	577	485
Sistema de segurança	10%	160	(77)	83	95
Sistema de transporte	20%	378	(270)	108	169

Intangível (i)	3.120	(1.555)	1.565	1.548
Investimentos Confederação	3.120	(1.555)	1.565	1.548

Total	13.277	(4.712)	8.565	8.853
--------------	---------------	----------------	--------------	-------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	23.345	-	-	23.345	21.550
Depósitos a prazo	4.245	3.877	99.995	108.117	99.136
Total	27.590	3.877	99.995	131.462	120.686

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	81.929	77.912
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	81.929	77.912
Total circulante	81.929	77.912
Recursos do Crédito Rural	175	445
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	175	445
Total exigível a longo prazo	175	445

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 05/09/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	-	3.756
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	3.756
Total circulante	-	3.756

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	2.876	1.957
Obrigações por convênios oficiais	1	4
Provisão para pagamentos a efetuar	3.225	3.110
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	197	20
Outras Contingências	2	2
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.798	2.712
Pendências a regularizar	277	-
Operações com cartões	4.085	2.935
Demais fornecedores	312	176
Credores diversos	573	240
Total circulante	14.346	11.156

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	182	-	182
Cível	20	3	(8)	15
Total	20	185	(8)	197

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	182	-
Cível	Provável	15	20
Total		197	20

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributário, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 120; R\$ 63 e R\$ 73 (2016 - R\$ 100, R\$ 70 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	46.108	39.662
Total de associados	18.569	17.994

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.446 (2016 – R\$ 6.219), sendo R\$ 6.658 (2016 – R\$6.092) via integralização de resultados e R\$ 1.703 (2016 – R\$ 1.972), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.915 (2016 – R\$ 1.845).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.621, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.807	18.689
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.899)	(7.849)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	11	3
Provisão PPR	18	24
Receita com atos cooperativos	6.927	6.752
Juros sobre capital próprio	1.101	1.073
Outros	(158)	(3)
Subtotal	7.899	7.849
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.486	1.417
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	100.928	87.401
Outros Créditos - Rendas a receber	577	548
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	640	763
Investimentos (Nota 09)	12.073	12.073
Intangível (Nota 10)	1.564	1.548
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	82.104	78.357
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	3.756
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	4.099	2.883
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	135	213
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.008	3.700
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	11.210	11.925
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.433	5.428
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	287	273
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	3.023	2.797

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	73	0,31%	75
Depósitos a prazo	461	0,43%	594
Operações de crédito	3.886	1,82%	3.967

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.278	2.204

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	225	222
Despesa de aluguéis	517	481
Despesa de comunicação	479	456
Despesa de manutenção e conservação	670	528
Despesa de material	104	131
Despesa processamento dados	130	100
Despesa de promoções e relações públicas	299	418
Despesa de propaganda e publicidade	88	129
Despesa de seguro	38	54
Despesa de serviços do sistema financeiro	540	523
Despesa de serviços de terceiros	331	230
Despesa de serviços de vigilância e segurança	618	567
Despesa de serviços de técnicos especializados	390	317
Despesa de serviços de transpostes	333	248
Despesa de viagem	42	72
Outras despesas administrativas	2.681	2.365
Total	7.485	6.841

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	718	769
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.711	11.037
Reversão de provisões operacionais	1.183	3.182
Outras rendas operacionais	1.558	1.333
Total	14.170	16.321

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	667	273
Contribuição O.C.E.	97	91
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	125	124
Contribuição Confederação Sicredi	2.069	1.757
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	319	339
Encargos da administração financeira	60	62
Repasse administradora de Cartões	193	210
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	386	242
Outras provisões operacionais	1.265	3.767
Outras despesas operacionais	1.107	711
Total	6.288	7.576

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	80.643	78.127
Coobrigações em cessões de crédito	56	-
Total	80.699	78.127

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	98.585	83.736
Nível I (NI)	98.585	83.736
Capital principal - CP	98.585	83.736
Capital social	46.108	39.662
Reservas de capital	45.702	37.139
Lucros acumulados	7.839	7.634
Ajustes Prudenciais	(1.064)	(699)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	320.741	292.158
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	405	-
Margem de Capital (i)	64.503	45.756
Índice de Basileia (PR / RWA)	30,74%	28,66%
Situação de Imobilização (Imob)	7.502	8.156
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,61%	9,74%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo
CPF: 911.954.380-87

Tomas Pontin
Diretor de Operações
CPF: 887.801.710-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20